

O ensino do Português como Língua não Materna: algumas recomendações

“Todos têm direito ao ensino com garantia à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.”

Constituição da República Portuguesa, artigo 74.º, 1

A integração escolar de alunos que não têm o Português como língua materna é um processo complexo que envolve agentes diversos. Embora as relações mais imediatas sejam estabelecidas na sala de aula, entre o professor e o aluno, devem também contribuir para este processo vários outros elementos ligados à escola e à educação dos alunos, tais como o Conselho Executivo, o Conselho Pedagógico, psicólogos escolares e, naturalmente, os pais. Além disso, e ultrapassando os limites da escola enquanto espaço físico, a integração escolar dos alunos constitui um dever da sociedade portuguesa em geral.

Muito trabalho há por fazer para que a integração escolar dos alunos de língua materna não portuguesa possa ser bem sucedida a nível nacional. Consciente desse facto, a equipa do projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* considera pertinente apresentar, na fase final do trabalho, o seu ponto de vista sobre a integração escolar de alunos de *Português língua não materna* (PLNM). As sugestões que se incluem neste relatório baseiam-se não só nos resultados da investigação realizada como em conhecimentos que a equipa foi acumulando durante quatro anos, quer em consequência do contacto directo com escolas e professores, quer pela observação de políticas de integração escolar de alunos de origem migrante implementadas em outros países europeus.

Numa primeira parte, apresentam-se os aspectos básicos do processo de integração escolar de alunos PLNM, descrevendo-se os passos essenciais à elaboração e implementação de uma política de integração que vá ao encontro das necessidades reais dos alunos. Numa segunda parte, inclui-se um conjunto de recomendações dirigidas ao Ministério da Educação, com o objectivo de aproveitar os resultados da investigação do projecto para a definição de medidas concretas de integração.

Primeira parte

A elaboração de um modelo de integração escolar deverá percorrer, idealmente, os seguintes passos:

1. Definição, por parte do Estado, dos *objectivos* de uma política de integração escolar. Estes *objectivos* devem ser definidos em termos concretos e realistas, tomando como base o conhecimento real da população escolar portuguesa e os modelos de integração implementados, com sucesso, em outros países. Para tal é necessário (a) conhecer *quem são* os alunos a quem se dirigem os *objectivos* e qual a sua *língua materna* e (b) conhecer a sua *distribuição escolar* e o *contexto social* em que estão inseridos (qual a origem dos pais, a língua que utilizam em casa, para além de outros aspectos relevantes).
2. Procura de informação sobre os conhecimentos dos professores acerca das questões que põe a aquisição/aprendizagem em contexto escolar de uma língua não materna e aplicação de recursos adequados à *formação de professores* de modo a corresponderem às exigências de uma política de integração eficaz.
3. Definição de um *plano de trabalho* concreto, repartindo as responsabilidades pelos vários agentes envolvidos: Estado, escolas, professores, comunidade científica, ensino superior (nomeadamente, na formação de professores).
4. Promoção da elaboração de programas e *materiais didácticos* adequados, concebidos à luz de uma teoria do ensino de língua não materna que equacione o *que* se deve ensinar, e avaliar, *quando, como e porquê*.

Segunda parte

Introdução

A investigação desenvolvida no projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* seguiu determinados passos que a seguir se expõem,:

1. A equipa do projecto recolheu um *corpus* de produções orais e escritas junto de alunos de PLNM com o objectivo de identificar áreas problemáticas no uso do Português como língua não materna.

2. Foram utilizados instrumentos de análise adequados para interpretar os dados recolhidos.
3. Foi desenvolvido um conjunto de materiais didácticos para a resolução dos problemas detectados.

Considerando as orientações do Ministério da Educação relativas à integração dos alunos PLNM, temos os seguintes aspectos relevantes:

1. As escolas devem fazer uma *avaliação diagnóstica* dos alunos de PLNM, com o objectivo de averiguar o seu grau de proficiência linguística em Português.
2. As escolas devem ser *autónomas* na interpretação dos resultados dessa avaliação e *classificar os alunos* de acordo com os seguintes níveis de proficiência: iniciação, intermédio e avançado.
3. Os alunos de nível inicial e intermédio devem beneficiar de um *plano de apoio* à aprendizagem do Português. Compete às escolas estruturar esse plano e desenvolver os materiais didácticos necessários.

Vemos, assim, que o percurso seguido pelo projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* coincide nas suas fases sucessivas com as orientações gerais do Ministério da Educação (avaliação diagnóstica, interpretação dos resultados, plano de apoio e elaboração de materiais). Se, porém, reflectirmos sobre a possibilidade de concretização destas orientações nas escolas portuguesas, somos levados a verificar o seguinte:

- Muitos dos professores responsáveis pela integração de alunos de PLNM não dispõem dos meios necessários para levar a efeito uma avaliação diagnóstica, dado que não só não têm formação ou experiência suficientes na área do ensino do Português como língua não materna, mas também a sua carga horária não lhes permite dispor do tempo necessário à preparação e execução dessa avaliação.
- O facto de se exigir das escolas que sejam autónomas em quase todo o processo de integração dos alunos (elaboração de testes diagnósticos, interpretação dos mesmos, estruturação de planos de apoio, criação de materiais didácticos) representa uma segunda dificuldade. Não havendo orientações do Ministério da Educação para a concretização das medidas de apoio e não havendo, por outro lado, uma maior interacção entre as escolas e o Ministério, não é possível garantir que a integração da população escolar de PLNM ocorra

de modo uniforme a nível nacional. Não é possível, portanto, assegurar que as escolas forneçam efectivamente apoio aos seus alunos de PLNM ou que o façam com sucesso.

- Por outro lado, quando a escola presta um apoio específico aos alunos do terceiro ciclo que dele necessitam, esses alunos, se estiverem em Portugal há mais de dois anos, não são avaliados com base nos parâmetros estabelecidos pela respectiva escola, sendo nesse caso submetidos ao exame nacional. Dado que esse exame abrange todos os alunos que terminam este ciclo, ele exige determinado domínio da língua que, porventura, os alunos PLNM ainda não possuem, o que tem como consequência a sua retenção nesse ano escolar. Uma mais estreita articulação entre o Ministério e as escolas poderia ajudar a resolver este problema.

Tomando em conta que as análises e os materiais construídos no âmbito do Projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* podem constituir pontos de partida para a concretização de medidas de apoio que respondam às orientações do Ministério da Educação, considera-se que são necessárias as seguintes práticas:

- Realização de uma caracterização sociolinguística dos alunos.
- Elaboração de testes diagnósticos em língua portuguesa.
- Análise e interpretação dos resultados obtidos no teste diagnóstico.
- Planeamento de actividades didácticas.

Caracterização sociolinguística dos alunos de PLNM

A *caracterização sociolinguística* dos alunos de PLNM constitui um primeiro passo fundamental para a compreensão das suas necessidades e para a formulação de medidas de apoio adequadas. Cabe às escolas recolher informações sociolinguísticas no início de cada ano lectivo ou, caso não coincida, no momento de ingresso dos alunos de PLNM. Embora diversos documentos do Ministério da Educação refiram a importância de as escolas conhecerem o historial sociolinguístico de seus alunos de PLNM, em parte alguma definem a recolha deste tipo de informações como obrigatória. Além disso, não enunciam explicitamente as informações que devem ser recolhidas, nem esclarecem de que forma a caracterização sociolinguística pode ou deve ser levada em consideração na elaboração das referidas medidas de apoio.

Sugere-se, assim, que o Ministério crie, teste e implemente uma ficha sociolinguística modelo que possa ser utilizada a nível nacional. Por um lado, essa ficha permitiria que as escolas se sentissem mais seguras na sua forma de actuar. Por outro lado, permitiria ao Ministério assegurar-se de que todas as escolas recolham um mesmo conjunto mínimo de informações sociolinguísticas. Solicitando o envio destas informações às direcções regionais ou a outra entidade que possa tratar os dados de forma centralizada, o Ministério estaria ainda a abrir caminho a um conhecimento mais aprofundado da população escolar portuguesa a nível regional e nacional.

Um instrumento que poderá servir de base à elaboração de uma ficha sociolinguística modelo (ou mesmo de um dossier pedagógico mais completo) é o *Portfólio Europeu de Línguas*. Embora se trate assumidamente de um instrumento de auto-avaliação, a ser utilizado de forma autónoma pelos aprendentes, contém diversos descritores que, no seu conjunto, contribuem para traçar um quadro sociolinguístico bastante completo do utilizador.

Note-se ainda que, no âmbito do projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*, foram recolhidas informações de carácter sociolinguístico sobre alunos de PLNM em três momentos distintos:

- no contexto do levantamento de línguas, realizado no primeiro ano do projecto;
- por ocasião da recolha do *corpus*, com o preenchimento de uma ficha sociolinguística criada para o efeito;
- na fase preparatória da análise do *corpus*, por meio da pesquisa de características sociolinguísticas das línguas seleccionadas no projecto e das comunidades migrantes a que estas línguas pertencem.

Decorrente da realização destas tarefas, a equipa do projecto considera que uma ficha sociolinguística modelo deve incluir, pelo menos, os seguintes campos:

- relativamente aos alunos de PLNM:
 - língua materna
 - outras línguas faladas pelo aluno (se possível, tentar saber o grau de proficiência em cada uma das línguas)
 - naturalidade/nacionalidade
 - tempo de permanência em Portugal
 - escolarização prévia
- relativamente ao agregado familiar dos alunos de PLNM:

- língua materna dos pais
- outras línguas faladas pelos pais
- grau de instrução dos pais
- profissão dos pais
- percurso migratório do agregado
- língua(s) falada(s) em contexto familiar

Avaliação diagnóstica em língua portuguesa

De acordo com o Despacho 7/2006, os alunos de PLNM devem ser sujeitos a *avaliações diagnósticas* em língua portuguesa. Cabe às escolas realizar estas avaliações, tanto no momento de ingresso dos alunos como, de forma contínua, ao longo do processo de aquisição do Português como língua não materna. A avaliação diagnóstica é um elemento essencial para a boa integração dos alunos. Trata-se, no fundo, de saber se possuem um domínio da língua portuguesa suficientemente amplo para acompanhar o currículo regular e, em caso negativo, de ponderar quais as intervenções pedagógicas mais adequadas. Ao longo do processo de aquisição da língua, a avaliação diagnóstica é fundamental para que se possam ir ajustando as medidas de apoio aos progressos e às necessidades dos alunos.

Apesar de incluir nas orientações às escolas a realização de avaliações diagnósticas, o Ministério da Educação é relativamente vago quanto à sua concretização. Segundo o Despacho referido, é da responsabilidade do Ministério disponibilizar um modelo para a avaliação diagnóstica. Contudo, tal modelo não existe até à data.

Na ocasião da emissão do despacho, o Ministério da Educação publicou (e disponibilizou em linha) o documento *Orientações nacionais para o diagnóstico de competências em língua portuguesa da população escolar que frequenta as escolas portuguesas*, da autoria do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE). São estipulados, nesse documento, um conjunto de cuidados que as escolas devem ter na realização das suas avaliações diagnósticas.

Da análise do documento decorre, no entanto, que muito pouca informação é oferecida às escolas, tendo em conta a complexidade da tarefa que lhes é exigida. É necessário lembrar, por exemplo, que a avaliação da proficiência em Português como língua não materna constitui uma realidade inteiramente nova para o corpo docente nacional. Na maioria dos casos, os professores não dispõem de qualquer formação

nesta área. Além disso, a proficiência linguística em Português abrange várias competências que, por sua vez, podem ser avaliadas de diferentes maneiras. Não havendo um consenso sobre a estrutura pretendida para a actividade diagnóstica, não havendo uma maior interacção entre as escolas e o Ministério, é impossível saber se as escolas estão a realizar avaliações diagnósticas, de que forma o estão a fazer e qual o grau de sucesso que obtêm nas mesmas. **Torna-se, por outras palavras, imprescindível que o Ministério da Educação disponibilize orientações concretas sobre o que deve ser avaliado e como deve ser avaliado.**

Além disso, a proficiência linguística, ao contrário do perfil sociolinguístico, não pode ser caracterizada por meio da aplicação de uma ficha de avaliação modelo, idêntica para todos os alunos de PLNM. Diversas variáveis devem ser levadas em consideração, tais como a idade do aluno, a sua língua materna, o seu tempo de permanência em Portugal, os conhecimentos prévios da língua portuguesa, etc., o que tem como consequência que um mesmo teste possa ser adequado para determinados alunos, mas completamente inadequado para outros.

Seria, portanto, pertinente pôr à disposição dos professores os meios que lhes permitissem elaborar, eles próprios, os seus instrumentos de avaliação, dentro de um conjunto de parâmetros estabelecidos a nível nacional. **Sugere-se, assim, que o Ministério da Educação entregue aos professores, a nível nacional, uma matriz com os parâmetros exigidos para uma avaliação diagnóstica da proficiência em Português de alunos de PLNM.** Tal matriz deverá ser acompanhada (a) de uma descrição dos objectivos da actividade diagnóstica, (b) de uma explicação das diferentes competências que se podem e devem avaliar, bem como das variáveis que devem ser levadas em consideração e (c) de exemplos de testes avaliativos. Dado que a actividade diagnóstica varia muito de acordo com a idade dos alunos, poder-se-ia chamar a atenção para a necessidade de adaptação dessa matriz aos diferentes anos ou ciclos de escolaridade. **Seria pertinente, ainda, que o Ministério da Educação organizasse cursos e/ou de acções de formação sobre avaliação diagnóstica,** dirigidos a professores que trabalham com alunos de PLNM.

Análise e interpretação dos resultados da avaliação diagnóstica

É estipulado, no despacho 7/2006, que as escolas devem interpretar os resultados da avaliação diagnóstica à luz do *Quadro Europeu Comum de Referência (QECR)*, respeitando os níveis de proficiência A1, A2, B1, B2 e C1 aí descritos. Fornecendo

apenas estas orientações, o Ministério da Educação assume ainda, implicitamente, que (a) o corpo docente nacional tem disponibilidade horária e formação suficientes para realizar esta actividade de forma autónoma e (b) que o Quadro Europeu Comum de Referência constitui o instrumento mais completo e mais adequado para este fim.

A interpretação dos resultados obtidos na avaliação diagnóstica em Português como língua não materna é uma tarefa complexa que exige conhecimentos muito específicos. Não se trata apenas de fazer corresponder as produções do aluno a um conjunto de descritores previamente estabelecidos. Importa, sim, determinar o ponto da aprendizagem da língua em que o aluno se encontra, identificando os conhecimentos que já tem e as dificuldades que ainda sente. Para tal, deve observar-se o desempenho do aluno em diferentes domínios da língua (compreensão, produção, oralidade, escrita) quer individualmente, quer em função da proficiência linguística como um todo. Para que os professores portugueses possam executar esta tarefa em toda a sua complexidade, torna-se necessário equipá-los com instrumentos de análise próprios e com formação específica nesta área.

A nível dos instrumentos de análise, **sugere-se que o Ministério da Educação elabore grelhas ou modelos de análise para cada uma das tarefas que entenda que devam ser incluídas na avaliação diagnóstica.** O *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* e o *Portfólio Europeu de Línguas* podem ser considerados bons pontos de partida para a elaboração destas grelhas.

Note-se ainda que foi desenvolvido, no âmbito do projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*, um conjunto de grelhas para a análise do *corpus* que podem ser úteis ao sistema de ensino nacional. São exemplos a grelha para análise do texto narrativo e a grelha para a análise da interacção oral.

A nível da formação dos professores, **sugere-se que o Ministério da Educação prepare cursos sobre a aquisição do Português como língua não materna** (ou sobre a aquisição de uma língua não materna de uma forma mais abrangente) dirigidos a professores que trabalham com alunos de PLNM. Torna-se necessário informar os professores sobre o modo como se aprende uma língua não materna, sobre o modo como evolui o conhecimento da língua não materna, sobre a natureza das relações entre a língua materna e a aquisição da língua não materna, sobre os factores externos que condicionam a aquisição de uma língua não materna (características socioeconómicas do aprendente, estatuto socioeconómico atribuído à

língua não materna e à língua materna, etc.), sobre os processos mentais envolvidos na aquisição de uma língua não materna, sobre as características individuais do aprendente que influenciam a aprendizagem da língua não materna (idade, sexo, motivações, atitudes, personalidade, estilos cognitivos, estratégias, etc.). **Sugere-se, ainda, que o Ministério da Educação faça pressão junto das instituições de ensino superior para que estas incluam uma disciplina de aquisição e ensino da língua não materna na formação de base dos professores** (de qualquer ciclo e de qualquer área). Considera-se, além disso, que as instituições de ensino superior deveriam aumentar o leque das opções em línguas estrangeiras, o que permitiria ter acesso a aspectos menos conhecidos de línguas faladas pela população escolar provinda da imigração.

Interpretação das produções linguísticas dos alunos

Difícilmente se pode estudar criticamente uma produção se desconhecermos em absoluto o que lhe está subjacente, neste caso, as línguas dos alunos que não têm o Português como língua materna. Partindo deste princípio, afigura-se de toda a vantagem a apresentação das características gramaticais de línguas faladas pelos alunos, das características sociolinguísticas das escolas nos países de origem e das respectivas comunidades imigrantes. Este acervo de conhecimentos, que se incluiu no projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa* relativamente às línguas analisadas, permitiu avançar algumas hipóteses sobre as dificuldades que apresenta a aquisição da língua não materna e, simultaneamente, propor estratégias que permitam superá-las. Assim, **sugere-se que o Ministério da Educação constitua um dossier contendo sinopses das características gramaticais e sociolinguísticas de muitas línguas presentes hoje na escola portuguesa**, para que os professores a elas possam recorrer. Este instrumento permite aos professores compulsarem a influência das línguas maternas nas produções linguísticas dos alunos PLNM e relativizarem a sua importância.

Factores internos e externos na aquisição da língua não materna

A influência das línguas maternas tem sido sobrevalorizada na aquisição de uma língua não materna, isto é, tem sido frequentemente considerada o único factor a ter em conta no ensino e na aprendizagem de uma língua não materna. Muitos outros factores, porém, influem nessa aprendizagem e no modo como ela evolui, e é da maior

importância que os professores os conheçam e sobre eles reflectam. Para além dos elementos exclusivamente linguísticos, existem *aspectos externos* que condicionam a aquisição de uma língua não materna: as características socioeconómicas e socioculturais do aprendente, o estatuto sociocultural das duas línguas, a integração do aluno na turma e no currículo escolar do país de acolhimento. A ficha sociolinguística que atrás foi sugerida auxilia o professor no conhecimento destes factores externos.

A par dos factores externos enunciados, têm sido postos em relevo *aspectos psicolinguísticos* presentes nos processos mentais envolvidos na aquisição de uma língua não materna. No que respeita a este assunto, importa pôr em destaque o papel que têm as características individuais do aluno (idade, sexo, motivações, atitudes, personalidade, etc.). Para além das características individuais, existem, todavia, aspectos gerais do foro psicolinguístico que nos devem levar a valorizar a presença na escola das línguas maternas das crianças. A grande diversidade linguística e cultural que é hoje uma realidade na escola portuguesa deve ser aproveitada para criar, nesse contexto, **um espaço para as línguas maternas das crianças**. Esta é uma perspectiva hoje patente em diversos documentos como, por exemplo, na recomendação do Parlamento Europeu para que se tomem medidas concretas que promovam a diversidade linguística e que se criem escolas multilingues com um novo conceito de aprendizagem de línguas e de modelos integrados de ensino de línguas.

Em diversos países da União Europeia existem, já, escolas multilingues frequentadas por alunos provenientes da imigração, a par da população escolar do país de acolhimento. Nestas escolas, está integrado o ensino de línguas e culturas dos alunos de origem migrante. Tem-se constatado, neste contexto, que a inclusão no currículo escolar de áreas de desenvolvimento do bilinguismo ou plurilinguismo tem reflexos positivos na aprendizagem das línguas e de outros conteúdos curriculares, por contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e para o reforço da sua identidade cultural, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade. As crianças que dominam mais do que uma língua têm probabilidades acrescidas de atingir um nível superior de desenvolvimento das capacidades metalinguísticas, e estão mais bem preparadas para adquirir novas línguas e para reconhecer a importância de conhecer e usar várias línguas, o que poderá reflectir-se na aquisição do Português. Estes benefícios aplicam-se, aliás, tanto aos alunos provenientes da imigração como aos alunos portugueses.

A integração na escola dos alunos para quem o Português não é língua materna exige que reflectamos e ponhamos em comum todos os nossos projectos, os resultados que obtivemos e o progresso que observámos nas crianças que chegam ao nosso país provenientes da imigração, para que elas aqui encontrem o êxito escolar e social que lhes é devido, ao mesmo tempo que vão enriquecendo a língua portuguesa com as suas próprias identidades culturais.

Maria Helena Mira Mateus

Com a colaboração da equipa do projecto *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*